

São Paulo, 04 de maio de 1992.

Prezado Eduardo,

Recebi sua carta e como você, nos todos estamos preocupados com as madeireiras e garimpos que invadem impunemente áreas indígenas em todo o país e que afetam também de maneira preocupante os povos do Xingú-Bacajá. Havendo a agravante da omissão e adesão implícita das autoridades governamentais assim como da FUNAI, de cima para baixo, em tempos ainda bem recentes.

Uma luta articulada contra as madeireiras se impõe há muito tempo e estamos todos convencidos de que se trata de uma questão que deve ser denunciada com força. Elas atuam ao arrepio da lei e prejudicam todas as comunidades onde atuam.

No que se refere a área Bacajá Xingú, há muito tempo que a Peracchi e a Maginco vem atuando na região, entrando pelo sul. Retiraram madeira ao sul da Reserva Bacajá e nas Reservas Apiterewa e Araweté. O Chefe da Ajudancia da FUNAI, Antonio. Pereira Leite, em 1986 me fez um mapa onde indicava estas entradas. As madeireiras também começavam a atuar na área do Trincheira, entrando pela Transamazônica e o Anapú. No Manezão havia o garimpo.

Hoje, na minha recente viagem ao Bacajá, pude constatar que há uma pista e que segundo os índios foi aberta pela

Mad. Peracchi, a leste da Reserva do Bacajá. Segundo me informaram os índios receberam 15 milhões pela madeira retirada e colocaram a Peracchi para fora - não tenho maiores informações. Eu presenciei, porém, a Peracchi pousando na pista do Bacajá, levando e trazendo doentes, algo, como esclareço no meu relatório (vide anexo), altamente suspeito.

Deve ficar claro, porém, que não são os Xikrin que introduziram as madeiras na área do Xingú-Bacajá porque estas já estavam lá e também entre os Arara muito antes da grande investida da madeira Bannach no Cateté com a autorização dos índios Karangre e Bep-Karoti em 1989 (vide ACONTECEU 87-90 - CEDI - Sudeste do Pará - p. 315).

Não consegui como você e o Beto testemunhar o envolvimento explícito dos funcionários da FUNAI no negócio da madeira. Com relação ao garimpo vide os meus relatórios. O que você e o Beto presenciaram em Altamira deve ser denunciado. A entrega de mercadorias por parte de madeira, com a conivência da FUNAI e ainda no barco que subia com os equipamentos dos poços (necessários porque o rio Bacajá está totalmente poluído), é uma aberração. Aliás já avisei a Katia da CVRD do ocorrido.

Por outro lado, se os funcionários da FUNAI negociam com as madeiras para as áreas Apiterewa e Araweté, como você e o Beto conseguiram comprovar, também não se pode colocar isto nas costas dos Xikrin, pelo menos eu não vi

nada nesse sentido. Que os funcionários cheguem a usar os Xikrin com um escudo para as suas negociatas, seria o cúmulo.

No que se refere às áreas na margem direita do Bacajá, no rio Manezão, Chapeuzinho etc. as madeireiras continuam entrando a toda pela Transamazônica e o Anapú. Os índios nunca receberam nada por essa madeira e a área continua sem demarcação. Na Trincheira as pressões são muito grandes. São 50 índios, vendem alguma madeira sob pressão e brigam com o Bacajá e internamente por causa disto. Estão abandonados e desamparados. Falei muito com eles e coloquei inclusive a questão da madeira. Eles viviam de boas roças e pesca, mas hoje o rio está totalmente poluído. A situação é complicada, mas com algum apoio não é, ao meu ver, irreversível. Eles são muito conversáveis e um povo já muito sofrido.

- No Bacajá, formalmente no ngohe e em Kayapó, o chefe Onça fez um longo discurso que eu deveria levar ao Presidente da FUNAI, onde ele afirma não querer madeireiras, garimpeiros e outras coisas como avião e gado no seu território. Que seja diplomacia ou não, está falado, gravado, traduzido e assinado. Ao meu ver um documento e cuja responsabilidade, porque não, poderá ser cobrada.

Mas mesmo assim, não é esta a questão, porque se é proibido desmatar de maneira totalmente irracional, e é o que vem acontecendo, todos devem se submeter a lei. Todos, mesmo as comunidades indígenas.

Por outro lado existe uma necessidade urgente de adequar preservação e atividades produtivas. O grande desafio.

O que eu queria é relativizar um pouco esta relação, sem dúvida real, mas também forjada entre madeireiras e Kayapó. O problema é o mesmo em Rondonia, no Nordeste e outras regiões, onde não há Kayapó. E a verdade é que a maioria da população, nas comunidades indígenas Kayapó, não quer a extração da madeira do modo como está sendo feito.

Em todo caso a questão da madeira não pode afetar a demarcação das terras como foi estabelecido pelo Relatório do Grupo de Trabalho da FUNAI em 1989. Proposta conhecida de todos.

A área Xingú-Bacajá não foi encaminhada pela FUNAI como um todo para demarcação, segundo a proposta da FUNAI de 1979.

Mesmo assim, para nós, o conjunto das diferentes reservas deveriam formar um todo contínuo.

Foi demarcada a Reserva do Koatinemo. Foi demarcada a Reserva Araweté.

A Reserva Apiterewa, na última proposta da FUNAI inclui também o sul do assim chamado corredor. A demarcação Apiterewa nos preocupava muito ao Antonio Carlos e a mim pela sua situação vulnerável. Falei sobre isso com o Sydney

Possuelo quando ele passou por São Paulo em dezembro de 1991. A Kátia da CVRD também insistiu. Enfim, quando soubemos que finalmente a proposta havia sido enviada ao Ministério da Justiça, ficamos aliviados. Esperamos que saia logo esta demarcação. Ela é prioritária.

A Reserva dos Xikrin do Bacajá é totalmente inadequada e o triste histórico de sua demarcação em 1979 está detalhadamente documentada no livro "As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas".

Os índios do Trincheira, local onde os Xikrin, aliás, foram pacificados, não tem as suas terras demarcadas. A proposta era de ampliar a Reserva Bacajá e demarcar a Reserva Trincheira, sendo que a leste ficariam contíguas às áreas Tupi, fechando a área contínua do Xingú-Bacajá.

No dia 22/04/87 houve uma reunião na FUNAI de Altamira com os membros do Grupo e da qual participaram Renato Leone, da Procuradoria Jurídica do Minter, Daniel Marques de Souza, Superintendente para Assuntos Fundiários da FUNAI, Parisi Fiorello, sertanista da FUNAI, Caetano, chefe da Ajudância de Altamira, Katia Genes da CVRD e eu mesmo como antropóloga. Não puderam comparecer André Villas Boas do MIRAD e o Cel. Carneiro, do SNI, que estava em mãe Maria.

Naquela ocasião o Superintendente da FUNAI para assuntos fundiários informou que na conjuntura atual (da época) e da maneira como havia sido formulada, a FUNAI não

teria condições de encaminhar a proposta ao Grupo. O representante da Procuradoria Jurídica do MINTER deixou claro que a posição do Governo era de não aceitar a demarcação de áreas grandes, nem de áreas que contivessem áreas indígenas contíguas. Para este representante tratava-se de uma questão de soberania e segurança nacional.

Frente ao impasse total, um funcionário da FUNAI, o Sr. Parisi, propôs que se demarcasse uma Reserva para os índios do Trincheira e o resto (não se poderia pensar em aumentar uma área demarcada, o que era o caso dos Xikrin do Bacajá) seria o corredor que ficaria sob a responsabilidade do IBDF, criando-se uma reserva biológica etc.etc... Esta proposta nunca foi assinada pela FUNAI.

Para mim, como disse em relatório à CVRD/FUNAI em maio de 1987, estas ressalvas do Grupo Interministerial não possuíam apoio legal nem na Constituição nem na lei 6001 que dispõe sobre o Estatuto do índio. Acreditávamos tratar-se de um posicionamento arbitrário e que não poderia ser aceito sem uma nova discussão e avaliação do caso.

Em 1989, o então Presidente da FUNAI, Iris Pedro de Oliveira designou um Grupo de trabalho para identificação da área Trincheira-Bacajá e que resultou na proposta entregue ao Presidente em 24/11/89.

Esta proposta é conhecida de todos.

Não havendo, na época, condições de propor uma revisão

dos limites da área já demarcada do Bacajá, a proposta passou a chamar-se Trincheira-Bacajá.

Durante muito tempo as demarcações ficaram paralizadas e mais tarde todas as atenções estariam voltadas para o caso Yanomami. Uma vez o caso Yanomami resolvido, entre outras áreas foi encaminhada a Reserva Apiterewa. O que foi, para nós todos um alívio.

Entretanto, os Kayapó haviam entrado em contato com a entidade Mata Virgem pedindo apoio para a demarcação das terras do Trincheira-Bacajá.

Tempos antes eu havia falado por telefone com o Marcio Santilli expondo ainda a idéia de algo chamado Xingú-Bacajá. Ele me aconselhou a apresentar em separado uma coisa após a outra senão o Governo não aceitaria. Bem, uma vez Apiterewa encaminhado, pensei que seria oportuno encaminhar a área Trincheira-Bacajá. 1993 está perto, e por enquanto há um Presidente na FUNAI decidido a concretizar as demarcações.

Na Reunião na FUNAI, em Brasília, em fevereiro de 1992, me fazendo de advogada do diabo, ainda ponderei que se hoje existe a possibilidade de pedir a revisão de uma área, poderia se pensar em uma Reserva Bacajá e uma Trincheira.

Todos concordamos que isso seria muito ruim, voltar atrás com o processo seria enterrar para SEMPRE a demarcação.

Por outro lado, o que nos chamavamos de corredor era aquilo que não podia ser conseguido para os Xikrin porque não se podia aumentar os limites de uma área já demarcada e estávamos preocupados por causa da possibilidade de entrada de madeiras e outros intrusos. Mas as Reservas deveriam ser contíguas tal como estabelecido nos mapas. Isto para mim é pacífico.

Devido a novas exigências administrativas da FUNAI, fui a área, como antropóloga credenciada, para pegar a anuência dos índios para a demarcação da Reserva Trincheira-Bacajá.

- O que falta, na região, é uma área para os Asurini do Koatinemo, ao norte de sua Reserva. Uma proposta que surgiu depois da demarcação efetuada e que deverá, segundo foi colocado na reunião, ser resolvida em separado. Esperamos que Regina P. Müller possa voltar em breve aos Asurini.

Antes de viajar avisei o CEDI, a CPI/SP, falei com a Regina Müller e o Antonio Carlos Magalhães sobre a minha ida a área para pegar a anuência dos índios para a demarcação do Trincheira-Bacajá. Em Altamira não havia ninguém do CIMI com quem pudesse falar. O Padre Renato e Dom Erwin estavam viajando.

Com você, Eduardo, eu havia falado há algum tempo atrás, pelo telefone, e você parecia contente que eu repegasse a iniciativa e que ao meu entender só poderia ser para aquilo que desde 1989 já estava estabelecido e ainda



não cumprido, a demarcação Apiterewa e a demarcação  
Trincheira-Bacajã.

Bem, em resposta a sua carta é o que eu tinha a dizer.

Um Abraço

Luiz VIDAL

c.c. Carlos Alberto - CEBI.

Em tempo - O Gilberto Azanha me disse pelo telefone que o Planalto, após a demarcação dos Mekranoti não vai aceitar mais nenhuma demarcação Kayapó. Eu ouvi falar que o Governador do Pará também não quer nem ouvir falar. Como você ve ainda tem chão pela frente. O que devemos fazer é rezar para que saia logo a demarcação dos Apiterewa.

Seja como for, mesmo assim, devemos exigir a saída das madeireiras e garimpeiros. Deveria-se elaborar um programa ambiental para a área Xingú Bacajá, incluindo as fronteiras entre os diferentes povos que ocupam aquela região assim como as margens e as cabeceiras dos rios que banham a região e possivelmente outras zonas.

Estou convencida de que os índios Apiterewa, Araweté, Asurini, Xikrin e Xikrin-Kararaó, possuem a capacidade de cuidar de seus territórios. Com um apoio adequado.

Os índios do Uaçá (Karipuna, Palikur, Galibi de Mana e Galibi Marawono) onde estamos atualmente desenvolvendo pesquisa são um bom exemplo neste sentido. Mas, é claro, lá não tem madeireiras, não há hidrelétrica, é tudo pura savana e ainda alagada 6 meses por ano!.

Uma outra pequena preocupação. Já que estamos nessa, vamos até o fim.

Se o Caetano esta envolvido com as madeireiras ele deve ser retirado. Espero, porém, que a FUNAI coloque uma pessoa

muito boa no seu lugar porque mal ou bem ele segurou a barra estes anos. Ouvi falar que aquele chefe de Posto, o Charles, queria voltar para lá. Este elemento é louco, e sob a máscara de índio (campa eu acho) ele é totalmente nocivo á comunidade.

A professora Geni é esposa do Caetano e ao que tudo indica os índios gostam dela.

O que se deve evitar é deixar os índios abandonados e desamparados conseguindo apenas o oposto do almejado, isto é jogar ainda mais os índios nos braços dos garimpeiros e madeireiras.

Todo cuidado é pouco!

Um Abraço

Lex VIDAZ

c.c. Carlos Alberto Ricardo - CEMI